

**QUESTIONÁRIO DESTINADO À COMISSÁRIA INDIGITADA****Jessika ROSWALL****Ambiente, Resiliência Hídrica e Economia Circular Competitiva****1. Competência geral, empenho europeu e independência pessoal**

*Quais são os aspetos das suas qualificações e experiência pessoais que considera particularmente relevantes para exercer as funções de comissária e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? De que forma vai contribuir para a aplicação das orientações políticas da Comissão? Como tenciona aplicar a integração da perspectiva de género em todos os domínios políticos da sua pasta? Como tenciona aplicar a integração da perspectiva dos jovens?*

*Que garantias de independência pode dar ao Parlamento e como tenciona assegurar que nenhuma das suas atividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?*

Quando estava a crescer, na Suécia das décadas de 70 e 80, a UE parecia uma realidade longínqua. Talvez devido à nossa localização geográfica, na periferia do continente, combinada com uma tradição de país não alinhado e independente do resto da Europa, nunca foi certo que a Suécia aderisse um dia à União. No entanto, quando fiz campanha para que a Suécia se tornasse um Estado-Membro, enquanto estudante jovem e politicamente empenhada no início da década de 90, fi-lo não só porque estava convencida dos benefícios económicos que a adesão poderia trazer, como também porque sabia que a Suécia fazia parte do projeto europeu. Pelas suas fundações na abertura, liberdade e dignidade humana, a UE representava as aspirações da minha geração e o futuro que pretendíamos para os nossos filhos.

Ainda me lembro muito bem dessa época: os debates em casa; os debates na escola; e as reuniões com os cidadãos em salas municipais e praças de todo o país. Mais do que tudo, recordo o imenso orgulho que senti quando a Suécia acabou por se tornar um Estado-Membro. Não podia pensar em maior honra do que continuar a contribuir para a construção do nosso futuro europeu comum enquanto comissária.

Enquanto mãe e avó orgulhosa, estou cada vez mais centrada na União que iremos deixar nas mãos da próxima geração. São inúmeros os desafios que se colocam à nossa segurança, prosperidade e à natureza, da qual dependemos para o nosso bem-estar, mas estou também convencida de que dispomos da força coletiva necessária para os superar, se trabalharmos em conjunto.

Na qualidade de ministra para os Assuntos da UE durante a presidência sueca do Conselho, em 2023, fui incumbida de promover uma Europa mais verde, mais segura e mais próspera. Ajudar a orientar o percurso da União num período de incerteza sem precedentes foi tão desafiante quanto gratificante, e orgulho-me do meu papel na manutenção do nosso apoio à Ucrânia, de colocar a competitividade no topo da agenda e do meu contributo para um acordo sobre as partes substanciais do pacote Objetivo 55.

Enquanto comissária indigitada, a presidente Ursula von der Leyen confiou-me, há algumas semanas, uma pasta que afeta a vida de todos os europeus. Como foi referido pela presidente na minha carta de missão, «o clima e a proteção da natureza são vitais para a prosperidade e a saúde.» Se for confirmada como comissária responsável pelo Ambiente, Resiliência Hídrica e uma Economia Circular Competitiva, contribuirei como um membro ativo, colaborativo e participativo do colégio para a implementação das orientações políticas. Poucos são os domínios de intervenção da União tão universais quanto estes. Por conseguinte, será essencial uma estreita cooperação com os outros membros do colégio – virtude que acredito ter claramente demonstrado ao longo da minha carreira política.

Enquanto comissária, darei grande ênfase à comunicação sobre a Europa destinada aos cidadãos no terreno, tanto no quadro do meu pelouro como fora dele. Por conseguinte, aguardo com expectativa a oportunidade de visitar

todos os Estados-Membros e as suas regiões, e de colaborar ativamente com os nossos parceiros internacionais, nomeadamente no contexto do Quadro Mundial para a Biodiversidade de Kunming-Montreal e do Tratado Mundial sobre Plásticos. Em consonância com o objetivo da Comissão de reforçar o papel geopolítico da Europa, procurarei também assegurar que a UE assuma um papel de liderança na governação ambiental mundial. Em particular, no que respeita à proteção da biodiversidade, à resiliência hídrica e às políticas da economia circular, contribuindo assim tanto para a nossa competitividade mundial, como para a sustentabilidade ambiental.

Enquanto comissária, prosseguirei também o nosso importante trabalho sobre a igualdade de género e a participação dos jovens, questões em relação às quais o Parlamento tem vindo a demonstrar uma grande liderança. Como foi salientado tanto pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente como pelo Fórum Global sobre o Ambiente da OCDE, as alterações climáticas têm impactos específicos em termos de género. Por conseguinte, tal como exigido pelo oitavo programa de ação em matéria de ambiente, velarei por que a perspetiva de género seja integrada em todas as políticas ambientais, trabalhando em conjunto com a comissária responsável pela Igualdade e Mobilização de Recurso e mobilizando recursos como o coordenador da DG Ambiente para a Igualdade e o grupo de trabalho da Comissão para a Igualdade. Assegurarei que as avaliações de impacto incluem uma análise de todos os impactos relevantes no género e colaborarei com as partes interessadas nestes tópicos. Isso incluirá ter em conta o impacto social das políticas ambientais nas mulheres, em especial nas comunidades vulneráveis, e assegurar que a nossa transição para a sustentabilidade não agrava as desigualdades existentes.

Qualquer perda duradoura da qualidade ambiental e da biodiversidade afetará as gerações mais jovens. Ora, os jovens têm opiniões muito próprias – por vezes diversas – sobre a abordagem correta das políticas ambientais, da resiliência hídrica e da economia circular. Assim sendo, aguardo com expectativa o meu primeiro Diálogo sobre a Política de Juventude, ao qual darei início nos primeiros 100 dias do meu mandato. Se for confirmada como comissária, terei particular interesse em reunir com representantes dos jovens de toda a UE e a nível internacional, incluindo no quadro de organizações ambientais e de jovens agricultores. Estas consultas ajudar-me-ão a compreender a perspetiva dos jovens no que respeita à definição das políticas sob a minha responsabilidade e à representação da UE a nível mundial.

Enquanto comissária indigitada que solicita a vossa confiança, comprometo-me a respeitar os mais elevados padrões éticos, a agir sempre em conformidade com os Tratados e a respeitar o Código de Conduta dos Comissários. Durante a Presidência sueca do Conselho, dei um grande ênfase ao meu papel de mediadora na tentativa de atingir um consenso entre os Estados-Membros. Enquanto comissária, não aceitarei instruções de nenhum governo ou de outra entidade, e dedicar-me-ei plenamente aos interesses da Europa. Se, no exercício das minhas funções, surgir alguma situação que possa levar a um conflito de interesses, informarei de imediato a presidente. Não assumo estes compromissos de forma ligeira: enquanto advogada, ex-membro da Ordem dos Advogados sueca, deputada e ministra com uma longa atividade, dediquei a minha vida a servir com base nos princípios da integridade, independência e imparcialidade.

## **2. Gestão da pasta e cooperação com o Parlamento Europeu**

*Compromete-se a informar devidamente o Parlamento sobre as suas ações e as dos seus serviços? Em que sentido se considera obrigada a prestar contas perante o Parlamento?*

*Que compromissos específicos está disposta a assumir quanto à sua colaboração com o Parlamento e à sua presença na instituição, tanto em comissões como em sessão plenária, à transparência, à cooperação e ao seguimento eficaz das posições e dos pedidos de iniciativas legislativas do Parlamento? Está disposta a transmitir ao Parlamento Europeu, atempadamente e em condições de igualdade com o Conselho, informações e documentos sobre as iniciativas previstas e os procedimentos em curso?*

A força da nossa União foi, desde o início, construída através da cooperação. Sem uma cooperação para além de fronteiras nacionais, regionais e de convicções políticas, o êxito do projeto europeu nunca poderia ter sido alcançado. Este princípio de cooperação está igualmente consagrado nas relações entre as nossas instituições. Esse é um princípio que prometo cumprir.

Enquanto parlamentar com uma longa carreira, antiga ministra para os Assuntos da UE e aspirante a comissária, estou plenamente consciente da importância do diálogo com os cidadãos que espero vir a servir. Enquanto membro do colégio e respeitando os procedimentos estabelecidos no Tratado, considero-me responsável perante os

deputados do Parlamento Europeu eleitos por sufrágio direto. Foi assim que trabalhei enquanto membro do governo e assim trabalharei enquanto comissária.

Este Parlamento tem demonstrado repetidamente a sua liderança na transição sustentável da Europa. Exigiu ações e resultados concretos, dando simultaneamente voz aos cidadãos preocupados pelo facto de as nossas políticas serem, por vezes, demasiado complexas. Testemunhei isso mesmo, na primeira pessoa, durante o meu mandato como ministra para os Assuntos da UE durante a presidência sueca do Conselho, tendo participado em quase cinquenta debates em sessão plenária. Estes debates proporcionaram-me informação valiosa sobre as aspirações e preocupações do Parlamento, e ajudaram-me a estabelecer elos com os legisladores. A transição sustentável e justa deve ser desenvolvida em cooperação com o Parlamento, a fim de assegurar o mais amplo apoio democrático e os resultados políticos mais eficazes.

Se for confirmada como comissária, comprometo-me a prosseguir estes contactos e a trabalhar para consolidar a relação especial entre o Parlamento e a Comissão, em conformidade com os compromissos afirmados pela presidente nas suas orientações políticas, com o Acordo-Quadro de 2010 e com o Acordo Interinstitucional sobre Legislar Melhor, de 2016. Enquanto comissária, velarei por que todas as relações entre mim e o meu gabinete, por um lado, e o Parlamento, por outro, se baseiem na abertura, transparência, na confiança mútua e no intercâmbio regular de informações, nomeadamente através da minha participação nas audições das comissões, nos debates em sessão plenária e nas negociações internacionais.

Se for confirmada como comissária, acompanharei proativamente o compromisso da presidente para conferir ao Parlamento um papel mais importante no processo legislativo. Terei todo o prazer em debater qualquer resolução do Parlamento ao abrigo do artigo 225.º no âmbito da minha pasta, através de um diálogo estruturado com a comissão competente, e desempenharei um papel ativo nas deliberações da Comissão na sequência de cada uma dessas resoluções. De modo a permitir que o Parlamento exerça o seu controlo democrático de forma eficaz, comprometo-me a fornecer as informações necessárias sobre as iniciativas previstas e os processos legislativos em curso de forma clara e atempada, e em pé de igualdade com o Conselho. O meu compromisso também abarca um acompanhamento claro e efetivo das posições e dos pedidos do Parlamento em matéria de iniciativa legislativa. E, como é natural, em consonância com o Acordo Interinstitucional sobre Legislar Melhor, assegurarei que o Parlamento seja plenamente informado do potencial impacto social, ambiental e económico das normas legislativas propostas.

### Perguntas da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar

*3. Que medidas concretas tenciona adotar no contexto da Estratégia Europeia de Resiliência Hídrica para assegurar a eficiência hídrica e abordar a escassez, a poluição e os riscos relacionados com a água? Como terá em conta as especificidades de cada Estado Membro, incluindo no que se refere à agricultura, bem como a relação crítica entre a água e os ecossistemas saudáveis, tendo igualmente em consideração as tecnologias disponíveis? Que medidas tenciona tomar para alcançar e manter normas de elevada qualidade no domínio da água, em particular através da aplicação do quadro jurídico existente?*

A água é uma questão global sobre a qual a UE deve continuar a mostrar liderança. A gestão sustentável, a resiliência hídrica e a escassez de água são desafios fundamentais para o futuro da UE e dos seus Estados-Membros. A água serve de apoio às pessoas, às empresas, à agricultura, às infraestruturas, à energia, à navegação interior e a todos os ecossistemas e serviços ecossistémicos prestados. No entanto, é um recurso que já se encontra sob pressão em muitas partes da Europa devido às alterações climáticas, à má gestão estrutural, à utilização insustentável dos solos, às alterações hidromorfológicas e à poluição.

As regiões e as cidades europeias enfrentam vagas de calor letais cada vez mais frequentes, escassez de água e inundações repentinas. Assegurar um sistema de gestão limpo, eficiente e circular de água é crucial para os cidadãos e para a prosperidade e competitividade sustentáveis da UE, em todos os setores económicos (ver também a pergunta 8). Garantir o acesso a água potável para todos deve ser um objetivo fundamental da agenda «transição justa».

O objetivo geral da Estratégia Europeia de Resiliência Hídrica será, por conseguinte, preservar a qualidade e a quantidade da água dentro e fora da UE, reforçar a vantagem inovadora competitiva da nossa indústria da água e abordar a raiz dos seus desafios, incluindo a poluição, a escassez e o impacto das alterações climáticas. A estratégia complementar o novo Plano Europeu de Adaptação às Alterações Climáticas, o Mecanismo Europeu de Defesa Civil e o Pacto Europeu dos Oceanos. Trabalharei em estreita cooperação com o comissário responsável pelo

Clima, Neutralidade Carbónica e Crescimento Limpo, o comissário responsável pela Preparação e Gestão de Crises e o comissário responsável pelas Pescas e Oceanos, a fim de assegurar uma abordagem coerente em todas as nossas iniciativas relacionadas com a água. Neste contexto, parceria e solidariedade serão conceitos fundamentais.

Uma abordagem abrangente «da nascente até ao mar» é essencial para a integração da gestão da água doce em todo o ciclo da água. Em parceria com o comissário responsável pelas Pescas e Oceanos, estou empenhada em assegurar uma gestão sustentável dos nossos ecossistemas marinhos e costeiros, criando assim uma base sólida para uma Economia Azul próspera.

A minha abordagem incluirá três elementos principais, centrados na aplicação rigorosa da legislação existente, investimentos significativos em infraestruturas hídricas e tecnologias industriais limpas, bem como na simplificação da legislação, sempre que necessário. Se for confirmada como comissária, darei prioridade à implementação de legislação fundamental, em diálogo com as partes interessadas, e prestarei apoio personalizado aos Estados-Membros, dando resposta a necessidades específicas, inclusive nas várias regiões. Estou empenhada neste diálogo, mas não hesitarei em tomar medidas coercivas caso se verifique um incumprimento estrutural. No que diz respeito às necessidades de financiamento, tenciono cooperar com o Banco Europeu de Investimento e outras instituições financeiras e partes interessadas, para desenvolver novas soluções de financiamento e reforçar o investimento em soluções de infraestruturas tradicionais e baseadas na natureza.

Tendo consciência das nossas diferenças e desafios regionais, desenvolverei uma Estratégia Europeia de Resiliência Hídrica defendendo uma abordagem coerente da gestão da água, adaptada às condições específicas de cada Estado-Membro. Em toda a UE, enfrentamos muitas questões relacionadas com a água, incluindo a escassez de recursos hídricos devido a períodos prolongados de seca, inundações catastróficas e a degradação dos ecossistemas hídricos, tanto em ambientes de água doce como marinhos. Tudo isto tem um grande custo para os cidadãos e para as nossas empresas. Embora estes desafios sejam transversais a toda a União, a sua ocorrência e gravidade variam. Em cooperação com o vice-presidente executivo responsável pela Coesão e Reformas, procurarei mobilizar investimentos e apoiar reformas que deem resposta a estes desafios. O nosso objetivo deve ser preservar a coesão social e territorial e aumentar a resiliência das comunidades rurais e urbanas em toda a UE.

Estou ciente dos desafios específicos do setor agrícola, que é fortemente afetado pela escassez e pelo excedente de água, bem como pela deterioração da qualidade desta. Considero imperativo tomar medidas específicas para apoiar práticas agrícolas resilientes à água e fazer face ao impacto negativo dos nutrientes (incluindo nitratos) e do escoamento de pesticidas na qualidade da água. Em parceria com o Comissário responsável pela Agricultura e Setor Alimentar, esforçar-me-ei por integrar a resiliência hídrica na nova Visão para a Agricultura e Setor Alimentar.

No âmbito da Estratégia de Resiliência Hídrica, pretendo também promover o desenvolvimento e a utilização de novas tecnologias, facilitando o acesso ao financiamento e promovendo a eficiência hídrica, nomeadamente através da reutilização da água, tendo como base a atual vantagem inovadora e conhecimentos especializados do setor da água da UE em matéria de infraestruturas hídricas, eficiência hídrica, digitalização e inteligência artificial (IA).

Estou empenhada em promover a resiliência hídrica a nível mundial e, se for confirmada como comissária, encetarei um diálogo e parcerias com países terceiros, especialmente com o enviado especial das Nações Unidas para a Água, em preparação da Conferência das Nações Unidas sobre a Água de 2026. Uma das principais prioridades será garantir o acesso à água potável e ao saneamento, promovendo a cooperação transfronteiriça no domínio da água. O apoio à ação multilateral neste domínio através de plataformas como a Convenção UNECE ou a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação contribuirá para a paz e a estabilidade a nível mundial.

*4. Que medidas concretas tenciona apresentar no âmbito do ato legislativo sobre economia circular para criar procura no mercado de matérias primas secundárias e criar um mercado único para os resíduos? Ademais da necessária aplicação da legislação em vigor, este ato irá além da revisão do atual quadro em matéria de resíduos e produtos sustentáveis? Qual é o impacto previsto na pegada ambiental da União, na utilização dos recursos e na competitividade da UE? Que ações setoriais específicas — como, por exemplo, sobre matérias-primas críticas e têxteis — irá realizar, tendo também em conta as importações de países terceiros?*

O objetivo da transição circular é passar de uma abordagem linear para uma abordagem baseada no ciclo de vida dos produtos e materiais. Este aspeto é crucial para reforçar a competitividade e o desempenho económico, reduzindo simultaneamente a nossa pegada ambiental e a dependência dos recursos primários. As abordagens circulares otimizarão a produtividade dos recursos e a utilização de materiais secundários e deverão ser parte integrante do Pacto da Indústria Limpa.

A extração e a transformação de recursos representam mais de metade das emissões mundiais de gases com efeito de estufa, uma parte significativa dos impactos na saúde e a maior parte da perda de biodiversidade, devido à alteração do uso do solo. Os recursos representam o maior custo dos fatores de produção para a indústria transformadora europeia, tornando a sua utilização prudente e racional essencial para a competitividade. As indústrias da UE dependem de matérias-primas críticas e estratégicas, e os sistemas circulares são concebidos para manter os recursos em utilização durante o máximo de tempo possível, limitando os resíduos e reduzindo as dependências externas que ameaçam a nossa autonomia estratégica aberta.

No último mandato, foi realizado um trabalho substancial para introduzir novas iniciativas e rever os principais atos legislativos.

Ao mesmo tempo, o mercado único para a economia circular ainda não é uma realidade.

Os principais desafios da transição da UE para uma economia circular são a procura relativamente baixa de matérias-primas secundárias, produtos e serviços circulares, juntamente com um mercado único para os resíduos ineficaz. Este aspeto foi salientado nos relatórios Letta e Draghi. Se for confirmada como comissária, estes são alguns dos domínios que gostaria de abordar.

Para concretizar uma economia circular competitiva e maximizar os benefícios do mercado único, é fundamental corrigir as ineficiências do mercado (ver também a pergunta 9). As matérias-primas secundárias são frequentemente mais caras do que as matérias-primas virgens, cujos preços normalmente não têm em conta o impacto ambiental da sua extração e transformação. Antes de apresentar o ato legislativo sobre economia circular, avaliarei exaustivamente estes desafios e explorarei possíveis soluções através de um diálogo extenso com as partes interessadas, as autoridades nacionais e a comunidade empresarial, sempre com o objetivo de reforçar a competitividade e racionalizar os processos. Isso incluirá estratégias para aumentar a utilização de matérias-primas secundárias, reduzindo assim a pegada ambiental— particularmente em termos de consumo e de materiais — e apoiando a vantagem competitiva da nossa indústria.

Vejo potencial em três blocos principais:

- Implementação prática da legislação abrangente que o Parlamento e o Conselho aprovaram no último mandato. Inclui o acompanhamento, o alerta precoce e a assistência técnica, bem como a exploração de soluções de financiamento;
- Potenciar o mercado único, o que implica uma maior harmonização e abordagens mais eficazes de questões como a responsabilidade alargada do produtor e os critérios relativos ao fim dos resíduos, bem como a racionalização e simplificação;
- Reforçar a economia da transição circular e promover produtos e modelos empresariais circulares, nomeadamente no fluxo de resíduos eletrónicos em rápido crescimento, rico em materiais críticos e outros materiais valiosos.

Devemos, também, recordar que a UE atua nos mercados mundiais e que as nossas políticas têm efeitos para além das nossas fronteiras. Por conseguinte, se for confirmada, trabalharei em conjunto com os meus colegas comissários na dimensão externa da circularidade. Quero cooperar para assegurar condições de concorrência equitativas, nomeadamente através da fiscalização do mercado. Precisamos, também, de diversificar as importações de matérias-primas críticas e promover a circularidade através das parcerias de comércio e investimento limpos, a fim de promover relações mutuamente benéficas a longo prazo.

A fim de determinar os instrumentos mais eficazes e adequados para o ato legislativo sobre economia circular, quero proceder a amplas consultas e realizar avaliações de impacto exaustivas, tendo em conta a articulação do atual acervo, potenciais implicações financeiras e os encargos administrativos. Embora quaisquer eventuais ações devam ter objetivos definidos, tenciono ir além da revisão do atual quadro, sempre que tal seja adequado. Exemplos de instrumentos que podem desempenhar um papel importante incluem uma maior harmonização, medidas

orientadas para o fluxo crescente de resíduos eletrónicos, medidas de promoção de novos mercados através de objetivos em matéria de conteúdo reciclado, incentivos económicos e uma revisão das políticas de contratação pública. Reconhecendo a natureza diversificada dos materiais e os seus desafios únicos em termos de oferta e procura, não adotarei a mesma abordagem para todos. Em vez disso, continuarei a aplicar as estratégias e a legislação relativas ao plástico, às baterias, às embalagens e aos têxteis, adaptando os nossos esforços para dar resposta às especificidades de cada setor.

Além disso, tal como referido na minha carta de missão, se for confirmada como comissária, tenciono apresentar uma nova estratégia para a bioeconomia, com vista a incentivar a inovação, aumentar a produção de biomateriais de forma sustentável e explorar sinergias com a economia circular (ver também a pergunta 7).

Aproveitarei igualmente o potencial do Regulamento Conceção Ecológica de Produtos Sustentáveis para a economia circular, em consulta com as partes interessadas, assegurando que os requisitos de conceção ecológica são simplificados, operacionais e eficazes (ver também a pergunta 9).

De um modo geral, o meu objetivo é preparar um ato legislativo sobre economia circular que coloque a pegada ambiental da União numa trajetória descendente sustentada, reforçando simultaneamente a competitividade da UE e promovendo a nossa autonomia estratégica aberta.

*5. Como tenciona aplicar o plano de ação para a poluição zero, a fim de assegurar que todos os setores sejam devidamente abordados, sempre que necessário, e prevê medidas adicionais? Quando pretende apresentar uma proposta de revisão do REACH que garanta uma simplificação, assegurando simultaneamente uma maior proteção da saúde e do ambiente, bem como uma indústria competitiva? Qual é o seu plano em matéria de PFAS para minimizar a exposição humana e ambiental às mesmas, assegurando simultaneamente um quadro claro e viável para a indústria, tendo em conta as utilizações essenciais?*

A água e o ar limpos são direitos fundamentais que devem beneficiar todos. As medidas no âmbito do Plano de Ação para a Poluição Zero de 2021 já foram concluídas, ou estão bastante avançadas, incluindo legislação revista, reforçada e atualizada que contribuí para o Pacto Ecológico Europeu sobre a qualidade do ar, os poluentes da água, o tratamento de águas residuais urbanas, as emissões industriais, o mercúrio e a rotulagem e embalagem de produtos químicos nocivos. Em consonância com as orientações políticas da presidente eleita, a prioridade para os próximos anos será a implementação e o apoio aos Estados-Membros — incluindo as regiões e os municípios — na execução destas novas medidas em benefício das pessoas, em particular das mais vulneráveis, e das empresas.

Se for confirmada como comissária, apresentarei uma visão ampla dos progressos realizados na concretização das nossas metas de poluição zero para 2030. As medidas fundamentais em falta incluem a finalização das avaliações em curso da legislação no domínio dos nitratos e das águas balneares e da Diretiva-Quadro Estratégia Marinha, bem como o balanço de qualidade do princípio do poluidor-pagador. A estratégia prevista para a Estratégia de Resiliência Hídrica será igualmente importante neste contexto.

Além disso, as orientações políticas da presidente eleita preconizam um pacote para a indústria química no âmbito do Pacto da Indústria Limpa. Este pacote deverá reforçar a aplicação da legislação no domínio dos produtos químicos, a fim de criar condições de concorrência equitativas, nomeadamente para as vendas em linha, com vista a manter e apoiar a posição competitiva das empresas sustentáveis da UE a nível mundial. Além disso, deve prestar um maior apoio à indústria química, em particular às PME, na sua transição para alternativas mais seguras. Comprometo-me a preparar, juntamente com o vice-presidente executivo responsável pela Prosperidade e Estratégia Industrial, um pacote relativo à indústria química que inclua uma proposta legislativa para a revisão do REACH em 2025 (ver também a pergunta 8). Pretendo que esta revisão simplifique e modernize o quadro regulamentar para aumentar a competitividade e a segurança sustentáveis na UE e assegurar a proteção da saúde humana e do ambiente. Quero rever o sistema duplo de autorizações e restrições, a fim de reduzir substancialmente a necessidade de autorizações individuais para utilização de substâncias perigosas, bem como melhorar os requisitos de informação em domínios fundamentais como os desreguladores endócrinos. Tal permitirá colmatar as lacunas de informação e melhorar o controlo dos riscos.

A Comunicação da Comissão, de abril de 2024, sobre a «utilização essencial» reconhece a existência de um grande número de aplicações industriais de substâncias nocivas, como as PFAS, que são cruciais para as transições ecológica e digital, bem como para a nossa autonomia estratégica. A atual proposta de restrição das PFAS numa

vasta gama de aplicações industriais e de consumo deve proporcionar maior clareza e previsibilidade o mais rapidamente possível. Posso já dizer que procurarei proibir o consumo de PFAS em utilizações para os consumidores, como a produção de cosméticos, materiais destinados a entrar em contacto com os alimentos e vestuário de exterior. Nos casos em que não haja alternativa em termos de desempenho e segurança, apoiarei o prosseguimento da utilização de PFAS em aplicações industriais, em particular as que forem críticas, em condições estritamente controladas, até serem encontrados substitutos aceitáveis, acompanhados de regras rigorosas em matéria de emissões e eliminação que limitem a sua libertação para o ambiente, e de incentivos claros para inovar e desenvolver substitutos sustentáveis.

*6. Compromete se a aplicar e a fazer cumprir plena e atempadamente a legislação em vigor relacionada com a natureza e a respeitar os compromissos internacionais da UE? Como irá assegurar a disponibilidade de um nível adequado de financiamento para a execução dessas políticas, incluindo um eventual fundo específico para o restauro da natureza no âmbito do próximo QFP? Como prevê o desenvolvimento de um quadro para os créditos à biodiversidade?*

Estou empenhada na aplicação plena e atempada de toda a legislação relativa à natureza, bem como no cumprimento dos **compromissos internacionais da UE em matéria de biodiversidade**, nomeadamente no âmbito do Quadro Mundial para a Biodiversidade de Kunming-Montreal. Os ecossistemas saudáveis proporcionam múltiplos benefícios às pessoas e às nossas sociedades, incluindo a mitigação das alterações climáticas, a adaptação, a prevenção do risco de catástrofes, a segurança alimentar, a segurança dos recursos hídricos e vários outros serviços ecossistémicos. Este aspeto é crucial para o bem-estar da nossa sociedade e para a resiliência das nossas economias, bem como para a nossa competitividade a longo prazo.

Embora o objetivo de proteger legalmente 30 % da nossa superfície terrestre pareça estar ao nosso alcance, o mesmo objetivo para os mares requer esforços acrescidos. Além disso, temos de assegurar que todas as zonas protegidas sejam geridas e preservadas de forma eficaz, a fim de proporcionar benefícios à sociedade, à nossa economia e, naturalmente, à própria natureza.

O acervo relativo à natureza, incluindo as Diretivas Natureza e o novo Regulamento Restauro da Natureza, são instrumentos poderosos, mas flexíveis, para ajudar a proteger e restaurar os ecossistemas, salvaguardar os serviços ecossistémicos fundamentais e aumentar a resiliência da Europa. Ao fazê-lo, contribuem também para a nossa competitividade. A sua implementação e execução plenas são igualmente necessárias para cumprir os compromissos internacionais da UE, que estarão entre as minhas principais prioridades se for confirmada como comissária.

No exercício das minhas funções, centrar-me-ei na implementação, trabalhando em estreita colaboração com todas as partes interessadas, utilizando todo o conjunto de instrumentos disponíveis, como a assistência técnica, o desenvolvimento de capacidades, a garantia da conformidade e a execução. Quero, também, dialogar com as regiões para debater os seus desafios específicos. Estou empenhada na simplificação, procurando minimizar os encargos administrativos desnecessários, e melhorar a coerência e as sinergias entre as diferentes políticas, sempre que possível, sem comprometer os seus objetivos.

Creio que temos de implementar e explorar rapidamente todo o potencial das ferramentas digitais. Em particular, as tecnologias de observação da Terra contribuirão para aplicar e implementar as medidas, minimizando simultaneamente os encargos para as partes interessadas.

O reforço dos investimentos benéficos para a natureza é fundamental para a construção de uma economia resiliente e competitiva. Ao investir na natureza, não só enfrentamos os desafios ambientais, como também criamos novas oportunidades para as pessoas e para as empresas, criando postos de trabalho em setores emergentes. Será necessário um financiamento público e privado adequado para a natureza.

O atual quadro financeiro plurianual já proporciona várias oportunidades de financiamento para a natureza, que devem ser plenamente aproveitadas. Tal como estabelecido nas orientações políticas da presidente eleita, precisamos de uma nova abordagem para um orçamento moderno e reforçado para o próximo quadro financeiro plurianual. Temos de almejar um novo orçamento de longo prazo que seja mais direcionado, mais racionalizado e com maior impacto, refletindo simultaneamente as prioridades estratégicas europeias e o nosso intuito de sermos

uma Comissão do investimento. Estou empenhada em avaliar a melhor forma de contribuir para o restauro da natureza a partir de várias fontes e de criar incentivos para recompensar os agricultores e outros gestores de terras que trabalhem com a natureza de forma respeitadora. Trabalharei neste domínio em conjunto com o comissário responsável pela Agricultura e Setor Alimentar e o comissário responsável pelo Orçamento, Luta Antifraude e Administração Pública. A nossa reflexão deve começar por estabelecer «o que queremos financiar» para, em seguida, ver «como» podemos alcançar os nossos objetivos e maximizar os resultados no terreno. Tal permitir-nos-á tornar o nosso financiamento mais eficaz.

Dada a necessidade urgente de financiamento adicional e as oportunidades económicas significativas apresentadas, a minha intenção, caso seja confirmada como comissária, é explorar a criação e a implementação de incentivos baseados no mercado, complementando o financiamento público. Estes incluiriam certificados e créditos para a natureza, concebidos para recompensar financeiramente aqueles que se dedicam a práticas sustentáveis. Tais incentivos podem igualmente incitar as companhias de seguros a investir mais em ecossistemas sólidos, ajudar as empresas a mobilizar serviços ecossistémicos e a promover o desenvolvimento de produtos respeitadores do ambiente. Se for confirmada, tenciono encetar um diálogo com as partes interessadas e continuar a desenvolver os trabalhos sobre projetos-piloto para a certificação da biodiversidade e créditos naturais, reforçando os atuais esforços a nível nacional. Estes regimes devem respeitar critérios de qualidade rigorosos, coerentes com os objetivos europeus e internacionais em matéria de biodiversidade.

*7. De que forma irá a estratégia atualizada para a bioeconomia libertar o potencial da bioeconomia europeia de forma sustentável e em consonância com os objetivos estabelecidos no Pacto Ecológico Europeu? Que medidas concretas tenciona adotar para aplicar uma estratégia de base científica que contribua significativamente para a competitividade económica da UE e respeite os recursos ambientais e naturais?*

O setor da bioeconomia, em crescimento da UE, oferece soluções alternativas e inovadoras que abrangem uma vasta gama de setores, como a agricultura, a alimentação, a construção, materiais como os plásticos e os têxteis, os produtos químicos e os transportes. Este setor proporciona muitas oportunidades interessantes para os cidadãos e para as empresas da UE. Se for confirmada como comissária, tenciono explorar todo o potencial dos setores da bioeconomia em crescimento. Considero que a bioeconomia pode contribuir de uma forma significativa para a competitividade e prosperidade, enquanto complemento importante da circularidade, e enquanto constituinte importante do Pacto da Indústria Limpa da UE. Apresentarei uma nova estratégia para a bioeconomia em consonância com o compromisso da presidente de manter o rumo do Pacto Ecológico Europeu. Considero que a estratégia para a bioeconomia é um elemento fundamental na agenda da UE da competitividade sustentável e das políticas industriais, com ligações ao ato legislativo da biotecnologia europeia, à Estratégia sobre as Ciências da Vida e ao ato legislativo sobre economia circular.

No âmbito de uma estratégia reforçada para a bioeconomia, temos de apoiar e permitir investimentos fundamentais em tecnologias, setores, produtos e materiais que possam contribuir para expandi-la. A circularidade será um tema central, assegurando que a bioeconomia reduz a pressão sobre o ambiente, protege a biodiversidade e reforça toda a gama de serviços ecossistémicos. Isso implica promover a utilização estratégica da biomassa e a sua manutenção na economia durante o período máximo possível, antes da sua utilização para a produção de energia, maximizando a utilização de matérias-primas secundárias (como resíduos alimentares e agrícolas, subprodutos e produtos valorizados).

A nossa abordagem deve centrar-se no facto de a biomassa ser renovável, mas não infinita. Num momento em que se intensifica a competição pela biomassa, é fundamental gerir a pressão sobre os solos e a biomassa em conformidade com os compromissos internacionais da UE, incluindo o Quadro Mundial para a Biodiversidade de Kunming-Montreal. Tal depende do aprovisionamento sustentável de matérias-primas e da aplicação do princípio da utilização em cascata, assegurando que a biomassa é utilizada no seu máximo valor económico e ambiental. Ao centrar-nos em matérias-primas subvalorizadas que respeitam os princípios da sustentabilidade e da circularidade, podemos libertar o potencial da bioenergia sustentável, em particular em setores como a aviação, que provavelmente continuarão a depender de combustíveis líquidos num futuro próximo.

Para alcançar estes objetivos, a estratégia deve identificar um conjunto de produtos e setores da bioeconomia aos quais a UE deve dar prioridade, e definir vias de apoio à sua expansão e ao reforço das empresas envolvidas nestes setores. Temos de ter em conta que, em muitos casos, os produtos de base biológica comparados com as alternativas fósseis não são competitivos em termos de custos. Existem possíveis instrumentos para reforçar as

empresas sustentáveis e melhorar as suas condições de transição do laboratório para a fabricação. Alguns exemplos são a rotulagem ecológica, a simplificação dos procedimentos regulamentares, o incentivo a soluções de base biológica por meio de contratos públicos e o estabelecimento de normas industriais pertinentes. Eventualmente, poder-se-ão introduzir requisitos de conteúdo de base biológica para selecionar categorias de produtos, após uma análise cuidadosa e um diálogo com todas as partes interessadas.

Se for confirmada como comissária, tenciono desenvolver a estratégia num diálogo inclusivo e aberto com as instituições da UE e as partes interessadas. Comprometo-me a apoiar a estratégia com os mais recentes progressos científicos, com base nos resultados, nos conhecimentos e na investigação disponibilizados desde a última atualização da estratégia em 2018, incluindo a Empresa Comum para uma Europa Circular de Base Biológica, no montante de 2 mil milhões de EUR, ao abrigo do programa Horizonte Europa. Olhando para o futuro, temos também de identificar onde são necessários investimentos fundamentais em tecnologias, setores, produtos ou materiais que impulsionem a expansão da bioeconomia. Esses investimentos colmatam, simultaneamente, o défice de biomassa, apoiando o aprovisionamento sustentável, maximizando a utilização de matérias-primas secundárias, como resíduos alimentares e agrícolas, e mantendo os biomateriais em aplicação por um período tão longo quanto possível.

#### Perguntas da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia

*8. Como tenciona contribuir para o Pacto da Indústria Limpa? A este respeito, que medidas prevê para o ato legislativo sobre economia circular, nomeadamente no que se refere às matérias-primas críticas? Como tenciona dar seguimento à ambição de poluição zero e que medidas considera que devem ser incluídas no novo pacote relativo à indústria química? Neste contexto, tem algum plano específico para as PFAS? Que medidas tenciona apresentar no âmbito da Estratégia Europeia de Resiliência Hídrica em relação aos setores da energia, da indústria e digital? Como pretende continuar a desenvolver o Novo Bauhaus Europeu?*

O Pacto da Indústria Limpa definirá a forma como apoiaremos a nossa competitividade, resiliência e autonomia estratégica, alcançando simultaneamente a neutralidade climática. O objetivo é reforçar a competitividade industrial, tirando proveito de uma economia limpa e circular, de modo a reduzir a poluição, o esgotamento dos recursos e a perda de biodiversidade. Trabalharei em estreita colaboração com o vice-presidente executivo responsável pela Transição Limpa, Justa e Competitiva, o vice-presidente executivo responsável pela Prosperidade e Estratégia Industrial e o comissário responsável pelo Clima, Neutralidade Carbónica e Crescimento Limpo no Pacto da Indústria Limpa, com o objetivo de proporcionar uma via para a descarbonização da indústria e em prol de uma economia eficiente, circular e limpa em termos de recursos. As abordagens circulares otimizarão a produtividade dos recursos e a utilização de materiais secundários, e deverão ser parte integrante do Pacto da Indústria Limpa.

Pretendo que o ato legislativo sobre economia circular se concentre nos estrangulamentos subsistentes à transição circular. Os relatórios Letta e Draghi identificaram a falta de um mercado único circular eficaz para os resíduos, os materiais secundários e os produtos sustentáveis, a baixa procura de matérias-primas secundárias e os preços dos materiais virgens que não refletem as suas externalidades. A avaliação de impacto do ato legislativo sobre economia circular analisará, por conseguinte, os desafios ligados à procura e à oferta de matérias-primas secundárias. Tenciono dialogar com as partes interessadas nesta matéria. As medidas específicas dependerão desta avaliação e dos contributos das partes interessadas. Em todo o caso, a aplicação das regras em vigor também será fundamental para o êxito da economia circular. Na minha resposta à questão 4, exporei possíveis elementos constitutivos a ponderar. Ao conceber estes elementos constitutivos, desejo simplificar, sempre que possível, a vida das empresas que participam na economia circular. Uma das questões a ter em conta a este respeito é que os produtores de matérias-primas secundárias devem poder vender os seus produtos em todo o mercado único, sem serem confrontados com regras diferentes em cada Estado-Membro.

As abordagens circulares serão essenciais para alcançar o valor de referência do Regulamento Matérias-Primas Críticas, de 25 % de matérias-primas estratégicas recicladas até 2030. Os requisitos de conceção ecológica devem, também, assegurar que os produtos que contêm matérias-primas críticas são concebidos para serem duradouros, reparáveis e recicláveis. As matérias-primas não «críticas» também representam desafios para os fabricantes. Muitas (aço, cimento, plástico, biomateriais, etc.) têm uma pegada de carbono significativa. Muitas empresas da UE dependem de importações de países terceiros, os que as torna vulneráveis à volatilidade dos preços e à escassez da oferta, e torna a UE mais vulnerável do ponto de vista da autonomia estratégica.

Como expliquei na minha resposta à pergunta 5, as medidas do Plano de Ação para a Poluição Zero de 2021 já foram concluídas, ou encontram-se numa fase avançada. Em consonância com as orientações políticas da presidente eleita, a prioridade para os próximos anos será a implementação e o apoio aos Estados-Membros — incluindo as regiões e as comunidades rurais e urbanas — para garantir que as medidas são eficazes e produzem os resultados previstos.

Além disso, as orientações políticas da presidente eleita apelam a um pacote para a indústria química no âmbito do Pacto da Indústria Limpa. Comprometo-me a elaborar, juntamente com o vice-presidente executivo responsável pela Prosperidade e Estratégia Industrial, uma proposta legislativa de revisão do REACH em 2025, tal como mencionei na minha resposta à pergunta 5, com o objetivo de simplificar e modernizar o quadro regulamentar. O objetivo é aumentar a competitividade e a segurança sustentáveis na UE e garantir a proteção da saúde humana e do ambiente.

A contaminação do solo e da água pelas PFAS constitui uma ameaça para a saúde humana e para o ambiente, implicando custos sociais e económicos significativos. Na minha resposta à pergunta 5, explico como tenciono abordar as restrições às PFAS e as condições em que a sua utilização seria permitida.

Apresentei, na pergunta 3, os meus planos pormenorizados para a Estratégia Europeia de Resiliência Hídrica. Uma parte importante dessa estratégia será a promoção da circularidade e da eficiência hídrica. Estou empenhada em promover novas oportunidades de mercado para a indústria da água da UE, que já é altamente competitiva. 40 % das patentes mundiais relativas à gestão da água são europeias, e estou ciente do potencial das nossas empresas neste setor.

Se for confirmada, promoverei o Novo Bauhaus Europeu (NBE) como catalisador contínuo do Pacto Ecológico Europeu. Acredito que o NBE pode tornar a circularidade tangível para os cidadãos, os investigadores e as empresas, através de projetos específicos no terreno nos Estados-Membros e nas suas regiões. Tenciono tirar partido do êxito alcançado até à data e utilizar os mecanismos de financiamento para promover a investigação, o ensaio e a demonstração de projetos, em consonância com o espírito do Bauhaus e os seus três valores fundamentais — sustentabilidade, inclusão e estética. O objetivo é aumentar a visibilidade e a adesão social à transição limpa e justa, com base na participação da Comunidade Bauhaus e numa perspetiva centrada nas pessoas. Trabalharei em estreita colaboração com o vice-presidente executivo responsável pela Coesão e Reformas, com o comissário responsável pelas empresas em fase de arranque, Investigação e Inovação e com o comissário responsável pela Energia e Habitação.

#### Pergunta da Comissão do Mercado Interno e da Proteção dos Consumidores

*9. A presidente da Comissão Europeia solicitou, na carta de missão que lhe dirigiu, que elaborasse, juntamente com o vice presidente executivo responsável pela Prosperidade e Estratégia Industrial, um ato legislativo sobre economia circular, a fim de criar um mercado único dos resíduos, e que intensificasse os seus esforços para desenvolver um mercado único de produtos sustentáveis. Qual é a sua visão e quais são as ações específicas, incluindo medidas legislativas, que seguirá nos próximos anos para alcançar estes objetivos?*

Pretendo centrar o ato legislativo sobre economia circular nos estrangulamentos subsistentes à transição circular. Estes incluem a ausência de um mercado único circular eficaz para os resíduos, os materiais secundários e os produtos sustentáveis; a baixa procura de matérias-primas secundárias; o facto de os preços das matérias virgens não refletirem as suas externalidades.

No contexto do ato legislativo sobre economia circular, gostaria, por conseguinte, de propor medidas do lado da procura e da oferta, simplificando o quadro regulamentar, tal como mencionado nos relatórios Letta e Draghi. Todas as medidas específicas basear-se-ão em avaliações de impacto exaustivas e nas contribuições das partes interessadas. Nas minhas respostas às perguntas 4 e 8, já expliquei a minha visão e descrevi as medidas que tenciono tomar.

Não adotarei uma abordagem única, uma vez que os diferentes materiais estão sujeitos a diferentes desafios do lado da oferta e da procura. Qualquer ação destinada a melhorar o mercado dos recursos secundários refletirá o facto de os mercados de diferentes produtos (por exemplo, plásticos, têxteis, metais, biomateriais e minerais não metálicos) terem características próprias. Pretendo um mercado único para produtos sustentáveis, que reforce a competitividade e ofereça aos consumidores produtos duradouros, reparáveis e de elevado desempenho. Este mercado asseguraria condições de concorrência equitativas e coerentes para os produtores em toda a Europa. Ao promover oportunidades para os recicladores, os produtores de artigos remanufaturados, as oficinas de reparação

e os responsáveis pela renovação, pretendemos criar novos postos de trabalho a todos os níveis e em todos os Estados-Membros, impulsionando assim o crescimento económico e a sustentabilidade.

Se for confirmada como comissária, coordenarei os trabalhos com vista à adoção do primeiro plano de trabalho do Regulamento Conceção Ecológica de Produtos Sustentáveis no primeiro ano do mandato. Este plano identificará as principais categorias de produtos para a aplicação de novos critérios de conceção ecológica, centrando-se em produtos industriais e de consumo de impacto elevado. Comprometo-me a basear estas novas normas num processo de consulta transparente e de participação ativa das partes interessadas através do Fórum da Conceção Ecológica. O meu objetivo é estabelecer requisitos que prolonguem o ciclo de vida dos materiais e produtos na economia da UE, reduzindo simultaneamente os custos e os esforços administrativos, tanto para os consumidores como para as empresas.

Por último, no que diz respeito ao mercado único dos resíduos, já tomámos medidas para combater a fragmentação do mercado da UE, eliminando as diferenças na transposição, interpretação e aplicação da legislação no domínio dos resíduos. No entanto, o mercado único dos resíduos e dos recursos secundários continua a funcionar de forma imperfeita. Temos de eliminar os obstáculos subsistentes. A adoção de abordagens harmonizadas dos critérios de fim de resíduos e da responsabilidade alargada do produtor permite reforçar ainda mais o mercado único dos resíduos e as matérias-primas secundárias daí resultantes.

#### Perguntas da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

*10. Os setores da agricultura e da silvicultura são os maiores utilizadores de terras na UE, pelo que contribuem significativamente para a consecução dos objetivos da UE em matéria de clima e de biodiversidade. Como pretende equilibrar os objetivos de proteger a biodiversidade e preservar a natureza, por um lado, e de manter a produção agrícola e garantir a segurança alimentar e a utilização sustentável da biomassa, por outro? Como tenciona reforçar a resiliência hídrica agrícola, a fim de aumentar a produção agrícola? Quais são as suas ideias no sentido de contribuir para a visão para a agricultura e o setor alimentar? Como tenciona assegurar a integração dos setores agrícola e florestal na estratégia para a bioeconomia?*

O diálogo estratégico sobre o futuro da agricultura da UE proporcionou uma diretriz importante para a criação de sistemas agroalimentares socialmente responsáveis, economicamente rentáveis e sustentáveis a nível do ambiente. Se for confirmada, tenciono trabalhar em estreita colaboração com o comissário responsável pela Agricultura e Setor Alimentar e desenvolver um diálogo estratégico para assegurar que o setor agrícola da UE continua a ser competitivo, resiliente e sustentável.

Os agricultores e silvicultores são importantes gestores de terras com uma ligação profunda ao ambiente. Dependem da saúde dos solos e desempenham um papel vital na prestação de cuidados a solos, água e ar limpos, bem como a uma biodiversidade rica, que permita a produção de alimentos essenciais, seguros e de elevada qualidade para todos. As terras agrícolas também funcionam como sumidouros de carbono e oferecem recursos renováveis para os setores da bioeconomia, como a biomassa para a indústria e a energia. Os agricultores e silvicultores estão profundamente conscientes do impacto que as secas, as inundações, os incêndios florestais, a escassez de água e a perda de biodiversidade podem ter nos seus meios de subsistência, o que inclui a quebra da proteção dos alimentos e o aumento do risco de pragas vegetais e doenças animais. A intensificação da concorrência pelos recursos e pela terra pode também determinar custos sociais e económicos mais elevados a longo prazo. Ao agirmos em conjunto, estou convencida de que podemos inverter o declínio da biodiversidade e a deterioração da qualidade da água, através da aplicação de práticas agrícolas sustentáveis.

Temos de assegurar que os agricultores e silvicultores tenham rendimentos atrativos e estáveis, que reflitam o seu papel crucial na obtenção da natureza, na regeneração dos solos e na preservação da água e do ar limpos. Uma melhor gestão dos nutrientes e pesticidas faz parte da chave para reduzir a poluição e preservar a qualidade dos solos, assegurando que a agricultura continua a ser competitiva e sustentável dentro dos limites do planeta. Estou ciente dos desafios, mas estou empenhada em trabalhar em prol de um resultado equilibrado, em benefício de todos.

Precisamos, também, de integrar melhor os produtores primários na cadeia de valor da bioeconomia e explorar todo o seu potencial. No meu trabalho de apresentação de uma nova estratégia da UE para a bioeconomia, tenciono consultar e colaborar com todas as partes interessadas, incluindo agricultores e silvicultores, a fim de assegurar que as suas perspetivas e necessidades são tidas em conta (ver pergunta 7).

Os agricultores vivem do que produzem. Trata-se de um setor desafiante, dependente das condições meteorológicas e da evolução dos preços de mercado. Se queremos que os agricultores prossigam a sua transição para práticas mais sustentáveis, temos de aprender com as preocupações que expressaram nos últimos meses, a fim de conceber e aplicar uma nova abordagem para alcançar a sustentabilidade, apoiar a descarbonização e preservar a biodiversidade. Acredito firmemente no recurso a incentivos e recompensas positivas, como o pagamento de serviços ecossistémicos, para promover a conservação e a utilização sustentável desses mesmos serviços. Se for confirmada, darei prioridade à execução de ações positivas no domínio da natureza e de investimentos privados, em complemento do financiamento público, o que incluirá a aceleração dos trabalhos sobre créditos naturais em estreita cooperação com as partes interessadas, incluindo os Estados-Membros, parceiros e organizações internacionais.

As duas propostas legislativas pendentes em matéria de monitorização das florestas e dos solos devem assegurar um melhor acompanhamento e uma gestão mais sustentável das florestas. Se for confirmada, aguardo com expectativa a oportunidade de dialogar com o Parlamento Europeu sobre estas questões. Estou convencida de que temos de trabalhar com incentivos para estabelecer um quadro adequado para os silvicultores, de modo a promover florestas resilientes que contribuam para a biodiversidade, para a atenuação e adaptação às alterações climáticas, para a bioeconomia, e reconhecer os esforços existentes em matéria de sustentabilidade. Procurarei facilitar e estimular a participação do financiamento privado neste contexto.